

**ATA DA OCTOGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que faça a leitura da ata da sessão anterior.

PEQUENO EXPEDIENTE.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, público presente e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. *“Ata da Octogésima Quinta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Coronel David e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Noventa e Nove da Octogésima Quarta Sessão Ordinária. Pelo Senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 789 e 798/2025, do Ministério das Cidades; Ofícios nºs 44, 45, 46, 47, 49 e 50/2025, da Fundação Nacional de Saúde; Ofícios nºs 1.771, 1.788, 1.792 e 1.803/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 9.983/2025, da Secretaria de Saúde de Campo Grande; Carta nº 1.117/2025, da Águas Guariroba; e-mail da Energisa Mato Grosso do Sul; carta da Douraplas Mercadão Total e Materiais de Construção Ltda.; e-mail do senhor Guilherme Miguel Poli; e-mail do Teatro Imaginário Maracangalha. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Gerson Claro, Pedro Kemp, Junior Mochi, Renato Câmara, Zeca do PT, Coronel David, Roberto Hashioka, Professor Rinaldo e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Gleice Jane, Paulo Corrêa, Paulo Duarte, Marcio Fernandes e Jamilson Name. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado João Henrique. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 253/2024, de autoria do deputado Neno Razuk. Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 29/2025, de autoria do deputado Neno Razuk; Projeto de Resolução nº 31/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka; Projeto de Resolução nº 36/2025, de autoria do deputado Caravina. Foi pedido vista, pelo deputado João Henrique, ao Projeto de Lei Complementar nº 4/2025, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 146/2025, de autoria do deputado Marcio Fernandes. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as*

*seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Claudio Luis da Silva; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Caravina, endereçada aos familiares de Lucas Gabriel Moura Arantes Pereira; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares do Estado de Mato Grosso do Sul, da Base Operacional de Maracaju, do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária (BPMRv), por sua notável e eficiente atuação na recuperação de uma carreta roubada e, principalmente, na libertação de uma vítima de cárcere privado; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares da Força Tática da Oitava Companhia Independente de Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, por sua brilhante atuação na apreensão de uma significativa carga de entorpecente, que resultou na retirada de mais de uma tonelada de droga de circulação; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada à atleta Laís Ampessan, jogadora de futebol do São Paulo Futebol Clube, pela conquista do título da Conmebol Liga Evolution Sub-14, competição que reúne os clubes campeões de cada país da América do Sul para se enfrentarem e, assim, disputarem o título de campeão do continente; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao senador Nelson Trad Filho, pelo apoio e envolvimento no projeto Líderes do Amanhã, realizado em Campo Grande; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada ao senhor André Rodrigues Amorim, da cidade de Camapuã, pela história de vida, tornando-se o maior organizador de caravanas religiosas e culturais da cidade, levando milhares de pessoas a terem experiências inesquecíveis de fé e cultura; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada à senhora desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, doutora Jaceguara Dantas, por sua indicação pelo STF para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), motivo de orgulho para o nosso estado e sua trajetória de dedicação à justiça social e à defesa dos direitos humanos a credencia plenamente para este novo desafio, que certamente será marcado por contribuições relevantes ao Poder Judiciário brasileiro; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao jovem ciclista Pedro Dourado, atleta de Coxim, pela conquista do título de campeão brasileiro dos Jogos da Juventude no Ciclismo de Estrada, consolidando-se como uma das grandes promessas da modalidade; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos senhores Rodolfo Siqueira Cardoso, segundo-tenente da Polícia Militar, Elton José Wassouf, cabo da Polícia Militar, e Vinicius Trindade de Souza, cabo da Polícia Militar, integrantes do Sexto Batalhão de Polícia Militar de Corumbá, pelos relevantes serviços prestados à sociedade sul-mato-grossense, em específico na zona rural de Nhecolândia; requerimento de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; requerimento, de autoria do deputado Junior Mochi, solicitando a reserva do Plenarinho Deputado Nelito Câmara, para o dia 30 de setembro de 2025, às 14h, a fim de realizar, em conjunto com o deputado Pedro Kemp, que igualmente apresentou indicação, tratando da indisponibilidade do serviço 190 em Naviraí; requerimento de informações, de autoria da deputada Lia Nogueira; indicações, de autoria dos deputados Pedro Kemp, Gleice Jane, Lia Nogueira, Zé Teixeira, Paulo Corrêa, Zeca do PT, Caravina e Neno Razuk. Foram destacados e rejeitados em votação simbólica, pela maioria dos deputados manifestantes, os requerimentos de Protocolos nºs 02641, 03130 e 03131/2025, de autoria do deputado João Henrique, constando: Protocolo nº 02641/2025, votou favorável o deputado João Henrique; Protocolo nº 03130/2025, votaram favoráveis os deputados João Henrique, Pedro Kemp e Zeca do PT; Protocolo nº 03131/2025, votou favorável o deputado João Henrique. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve*

oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata da Sessão Ordinária que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e três de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que faça a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas. Expediente da Sessão Ordinária do dia 24 de setembro de 2025: Ofício nº 70/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, encaminhando projeto de lei para a alteração da Lei Estadual nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011 (Prot. nº 3812/2025); Ofício nº 1.826/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3203/2025); Ofícios SN/2025, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul, encaminhando notificações de transferência de recurso federal para o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio dessa secretaria (Prot. nº 3614, 3615/2025); Ofício nº 1.141/2025, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A., encaminhando avaliação das metas e resultados na execução no Plano de Negócios 2024 e Estratégia de Longo Prazo 2024 a 202 (Prot. nº 3591/2025). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Registrando e agradecendo a presença do senhor Daniel Moretto, presidente da Câmara Municipal de Naviraí; e do senhor Drauton Batista de Souza, vereador do município de Inocência. Obrigado pela presença. Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero encaminhar uma indicação à doutora Mariele Alves Corrêa Esgalha, diretora-presidente do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, solicitando medidas urgentes com vistas a restabelecer o sistema de climatização do pronto atendimento. Recebi uma denúncia de que os pacientes estão internados no Hospital Regional e o sistema de ar-condicionado não está funcionando. Com esse calor que está fazendo, nesses últimos dias, de 38º C, 40º C, a situação é crítica e a ausência do ar-condicionado tem causado grande desconforto tanto aos pacientes que já se encontram em situação de fragilidade quanto aos profissionais de saúde que atuam no local, dificultando as condições de trabalho da equipe. Tendo em vista as altas temperaturas dos últimos dias, a situação se mostra ainda mais delicada. Dessa forma, solicitamos medidas urgentes no sentido de providenciar a manutenção ou a substituição do sistema de climatização do pronto atendimento do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, garantindo ambiente digno e apropriado para o recebimento dos pacientes. Com essa denúncia, recebi fotografias e vídeos mostrando a

situação dos pacientes que estão passando por esse calor intenso, uma situação de muito desconforto. Quero aproveitar e dizer que estava lendo hoje uma matéria falando justamente desse hospital, que viveu um período de desvio de recursos da saúde. O juiz Eduardo Lacerda Trevisan determinou perícia e oitiva de testemunhas em processo que investiga o desvio de mais de doze milhões de reais no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul. Essa situação, na verdade, ocorreu entre 2016 e 2019; essa ação corre na Justiça, é um caso muito grave de desvio de recursos públicos que deveriam ser aplicados no hospital para manutenção do prédio, compra de equipamentos, inclusive, do sistema de ar-condicionado, que está quebrado e também para compra de medicamentos. Sabemos que, vez ou outra, faltam medicamentos importantes para o tratamento dos pacientes enquanto vemos denúncias, como essa de desvio na ordem de doze milhões de reais. Temos que fazer a reivindicação para que os pacientes sejam atendidos com o mínimo de dignidade. O esquema que aconteceu entre 2016 e 2019, denunciado pelo Ministério Público, envolve notas frias, produtos que nunca chegaram ao hospital e a cumplicidade de gestores e empresários. Nesse período, o ex-diretor administrativo Éder Batista dos Santos teria atuado como avalista de quarenta e cinco notas fiscais simuladas, emitidas pela empresa Ciromed e os empresários Aurélio Nogueira Costa, Clarice Costa, Claudemir Donizete Comisso são apontados como responsáveis por vender insumos que nunca foram entregues ao hospital. Um esquema de notas frias, o dinheiro saía pelo ladrão e as mercadorias, medicamentos, materiais e insumos nunca eram entregues ao hospital; então, é lamentável que haja esquemas de desvio de recursos da saúde, que é uma área extremamente sensível e importante para garantir o atendimento à população que tem esse direito. Estou encaminhando essa indicação justamente para atender um pedido de parentes e pacientes que estão internados com relação ao sistema de ar-condicionado, que está sem funcionar. Era o que tinha.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PL) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas da Mesa Diretora, demais parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Senhor presidente, trago duas indicações. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao diretor-presidente da Agesul, Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a realização de manutenção de garantia no trecho do anel viário da MS-338, em Santa Rita do Pardo, em especial nas bocas de lobo existentes naquela localidade, no trecho de acesso ao frigorífico Frigolon, uma vez que se encontram danificadas e oferecendo riscos de acidentes aos motoristas que trafegam diariamente pela via. Senhor presidente, esse é um pedido que vem da vereadora Leu, de Santa Rita do Pardo. Passo frequentemente pela região e aquela obra ainda está em garantia, faz parte do anel viário inaugurado na gestão do governador Eduardo Riedel. Existem alguns defeitos que aconteceram no trecho, principalmente no acesso ao frigorífico, em razão talvez do excesso de peso, há alguns problemas na pista de

rolamento, na pavimentação, mas, em especial nessas bocas de lobo, que estão perigosas, pois estão sem grelhas e vêm sofrendo um afundamento, o que pode causar um acidente. Está perigoso até para os transeuntes que passam por ali, porque o local é bem próximo à cidade. Foi bem demonstrado pela vereadora Leu, que encaminhou esse pedido com fotos. Então, estou fazendo essa indicação à Agesul, para que ela acione a empresa que realizou a obra, porque está em garantia, para fazer esses reparos, evitando que esses danos aumentem e, assim, evitar de termos um problema ainda mais sério. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, desembargador Dorival Renato Pavan, com cópia ao corregedor-geral de Justiça, desembargador Ruy Celso Barbosa Florence, solicitando a instalação de cartório de registro civil no distrito de Nova Casa Verde, município de Nova Andradina, considerando a significativa população local e as dificuldades enfrentadas pela comunidade devido a distância da sede municipal. Esse é um pedido do vereador Luciano Leal, de Nova Andradina, que fez o pedido para o distrito de Nova Casa Verde. Quem conhece sabe que é um grande distrito, que tem uma grande população, que fica distante mais de cinquenta quilômetros da sede do município, às margens da rodovia BR-26. É uma solicitação que já está sendo analisada pelo Tribunal de Justiça, já existe uma análise nesse sentido. A indicação vai para reforçar esse pedido que vem do vereador, que vem da comunidade de Nova Casa Verde, pela importância desse cartório de registro civil nesse distrito. Tenho certeza de que o presidente do TJ, que já está analisando essa situação — com essa indicação e com o pedido da comunidade — tenha condições de autorizar essa instalação que, com certeza, vai auxiliar, vai ajudar no trabalho da Justiça no distrito de Nova Casa Verde. Senhor presidente, era isso. Obrigado!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, deputados, deputadas, senhoras, senhores e aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando, em regime de urgência, estudo de viabilidade técnica para a construção de anel viário, com aproximadamente cinco quilômetros e duzentos metros, que visa interligar o entroncamento da MS-386 e seguir pela MS-286 até encontrar a rodovia BR-165, no município de Aral Moreira. A presente indicação atende à demanda da vereadora Patrícia Sakaue, que solicita estudo de viabilidade técnica para construção de anel viário, uma vez que a infraestrutura irá facilitar o escoamento da produção da agricultura local, além de otimizar o transporte de insumos, reduzindo custos e melhorando a logística e evitando, assim, o tráfego de veículos pesados, provenientes do transporte agroindustrial no perímetro urbano da cidade, como forma de prevenir acidentes e trazer mais segurança para o trânsito local. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputado Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, nobres pares, público que nos acompanha neste Plenário, pela TV e Rádio Alems. Apresento uma indicação à senhora Sônia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas, com cópia à senhora Joênia Wapichana, presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), ao governador Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, bem como à prefeita Lourdes Portugal, do município de Caarapó, solicitando a viabilização de recursos para execução de obras de encascalhamento da estrada de acesso à comunidade indígena da aldeia Te'yiKue, que fica no município de Caarapó e que faz uma ligação direta com a MS-280, naquele município. O acesso à comunidade Te'yiKue é realizado por estrada vicinal, que se conecta diretamente à rodovia MS-280, a principal rodovia daquela região. Essa via encontra-se em más condições de tráfego, especialmente durante o período chuvoso, quando fica praticamente impossível transitar por aquele trecho, prejudicando o deslocamento de veículos, o transporte escolar da comunidade indígena e também o escoamento da produção local. Por isso, estamos apresentando essa indicação. Indicação à senhora Márcia Lopes, ministra das Mulheres, com cópia à bancada federal que representa Mato Grosso do Sul no Congresso Nacional, ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, à senhora Manuela Nicodemos Bailosa, subsecretária de Políticas Públicas para as Mulheres, solicitando a destinação de recursos para construção de espaço físico para o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao atendimento, acolhimento, proteção e apoio psicológico às vítimas de violência doméstica no município de Anastácio. Esse município já conta com espaço cedido pelo poder público municipal para atendimento de mulheres em situação de violência doméstica, de violência familiar, contudo, a estrutura atual — embora importante — mostra-se limitada para garantir a segurança das vítimas e não permite, por exemplo, que os profissionais realizem os atendimentos de forma plena, planejada e eficiente. A ampliação e adequação do espaço são fundamentais para assegurar o acolhimento digno, a privacidade e a efetividade no atendimento, ainda mais neste momento em que estamos vivenciando os casos de violência contra as mulheres. Mato Grosso do Sul configura ainda como o segundo estado da federação com maiores casos de violência contra as mulheres. Então, o município de Anastácio precisa ter esse espaço para essa rede de proteção e acolhimento. Essa é uma indicação que foi solicitada pela coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres do município de Anastácio. Indicação que encaminha expediente ao senhor Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Maurício Simões, secretário de Estado de Saúde, ao senhor Eduardo Rocha, secretário de Estado da Casa Civil, solicitando a destinação de recursos para aquisição de um veículo para Secretaria de Saúde do município de Pedro Gomes, que enfrenta dificuldades logísticas, em razão da carência de veículos adequados para o transporte de pacientes, profissionais de saúde e insumos. Essa limitação compromete a eficiência do atendimento, especialmente em deslocamentos para consultas, exames, transferências e ações de saúde preventiva em comunidades mais afastadas do perímetro

urbano. A aquisição desse veículo vai permitir agilidade e a qualidade na prestação dos serviços de saúde, garantindo um transporte seguro, o fortalecimento da atenção básica e suporte às demandas emergenciais. Além disso, o investimento também vai contribuir para ampliar o alcance das ações de saúde pública, beneficiando diretamente a população local e assegurando melhores condições de trabalho e dignidade aos profissionais de saúde. Essa é uma solicitação do vereador Lobinho, do município de Pedro Gomes. Para encerrar, presidente, gostaria de aproveitar este espaço para reforçar o convite aos nobres pares, porque, hoje, às 14h, no Plenarinho, acontecerá a reunião de abertura da Frente Parlamentar em Defesa dos Profissionais de Saúde de Mato Grosso do Sul, estado que se posiciona como o segundo do Centro-Oeste em maiores números de casos de violência contra os profissionais de saúde — médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem — e nós precisamos falar de políticas públicas para atacar, na raiz, esse problema, defendendo não só os profissionais, mas também os usuários do Sistema Único de Saúde. Estendo esse convite a todos os nobres pares. Por hoje, é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, presidente, todos os colegas, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão. Quero encaminhar algumas reivindicações que chegaram ao nosso gabinete, todas elas ao Governo do Estado, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, solicitando a possibilidade de aquisição de uma viatura para a Polícia Militar e uma viatura para a Polícia Civil nos municípios de Anastácio, Anaurilândia, Bandeirantes, Brasilândia e Coxim. Senhor presidente, é o que tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senhoras e senhores, vou apresentar duas indicações. A primeira é destinada ao senhor secretário de Estado de Governo, Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, com cópias aos senhores deputados federais e senadores, representantes do Estado de Mato Grosso do Sul na Câmara e no Senado Federal, solicitando a união de esforços e gestão para providências e gerenciamento de recursos, objetivando a aquisição de um veículo, para atender os pacientes acompanhados da Rede Feminina de Combate ao Câncer da cidade de Jardim. Outra indicação, também aos deputados federais e senadores do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando a viabilização de recursos federais para implantação de câmara de monitoramento e segurança nas estradas de acesso às escolas, no Centro de Educação Infantil da rede municipal do município de Dourados. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, indico à Mesa, que seja encaminhado expediente ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, bem como ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a elaboração de projeto executivo para viabilização do asfaltamento da estrada de acesso ao projeto de assentamento em Nioaque, no trecho que se inicia no cruzamento da estrada com a BR-409, até a sede da agrovila do referido projeto de assentamento. Esse expediente atende ao pedido enviado pelo vereador Sérgio Marques, de Nioaque, com o objetivo de agilizar o escoamento da produção de Agricultura Familiar da região, fortalecendo e gerando maior renda para as famílias do projeto de assentamento de Nioaque. Pela ordem, senhor presidente. Para fazer um agradecimento, que eu não fiz. Na semana passada, Sua Excelência, o governador me recebeu em seu gabinete com as lideranças das cooperativas. São cinco cooperativas que processam praticamente toda a produção do assentamento Itamarati. Atencioso como sempre, educado como é, imediatamente nos garantiu que vai, urgentemente, determinar o projeto de estudo para asfaltar a estrada do assentamento Itamarati até a cabeceira do rio Apa. Aproximadamente, são trinta e dois quilômetros que ainda faltam, porque o Governo do Estado já iniciou o asfaltamento, mas queremos a extensão. O outro tramo é o asfaltamento do trecho que vai da fazenda Itamarati até o distrito de Itaum, portanto, vai interligar o assentamento Itamarati... É bom registrar que, hoje, a Itamarati, nas mãos de, aproximadamente, três mil e quinhentas famílias assentadas, produz quatro vezes mais do que produzia quando estava na mão de um só proprietário. É uma coisa extraordinária o exemplo que a Itamarati nos dá e garantimos — na segunda-feira, no evento que realizamos, patrocinado pela Assembleia, através da presidência —, com a ministra Simone Tebet, vinte milhões de reais para a reforma completa de todos os armazéns antigos, para que essas cooperativas possam, com muito mais tranquilidade, funcionar e processar os grãos que produzem. Por último, peço pela ordem para enaltecer, não como petista, mas como cidadão, o pronunciamento que o presidente Lula fez, ontem, na abertura dos trabalhos da Reunião Anual da ONU, em Nova York. Dizem que foi tão encantador que fez até o presidente do Estados Unidos — a partir do pronunciamento que ele escutou do Lula e do encontro rápido que teve, no qual rolou uma química — propor uma reunião para acertar a questão... E Lula, claro, vai aceitar para acertar a questão das pendências que hoje tem com o governo americano; portanto, deve-se enaltecer a qualidade do pronunciamento de um estadista como Lula, enchendo de autoestima o povo brasileiro. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, público que nos assiste e nobres colegas. Apresento uma indicação à procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul, senhora Candice Gabriela Arósio, bem como ao superintendente regional do Trabalho e Emprego, senhor Alexandre Canteiro, solicitando que sejam adotadas as providências cabíveis no sentido de apurar, com devida urgência, os incidentes envolvendo a saúde e a segurança dos trabalhadores nas obras executadas sob responsabilidade da Parceria Público-Privada do Esgotamento Sanitário no Estado de Mato Grosso do Sul. Apresento um requerimento de informação ao diretor-presidente da Sanesul, senhor Renato Marcílio, a respeito da Parceria Público-Privada firmada com a empresa Ambiental MS Pantanal SPE S.A., subsidiária do grupo Aegea, para universalização do esgoto sanitário em nosso estado. Este Parlamento tem cumprido seu papel de fiscalização e não é a primeira vez que trazemos à luz questionamentos sobre a política de saneamento básico em Mato Grosso do Sul. Já apresentamos requerimentos cobrando esclarecimentos sobre lançamentos de dejetos diretamente em córregos e rios, prática que compromete a saúde das comunidades ribeirinhas, impacta a biodiversidade e fere a legislação ambiental. Também solicitamos informações sobre acidentes envolvendo trabalhadores do setor que, infelizmente, expõe falhas graves de segurança laboral e a responsabilidade da concessionária em zelar pela integridade de seus profissionais. Outro ponto que, reiteradamente, aparece nas manifestações desta Casa, e na voz da sociedade, é o alto custo da tarifa de água e esgoto em nosso estado. A população sul-mato-grossense paga uma das tarifas mais elevadas do país, o que gera enorme pressão sobre as famílias, sobretudo as de menor renda. É nosso dever investigar se esse valor corresponde, de fato, à qualidade e à extensão do serviço prestado. Com a consolidação da PPP entre a Sanesul e Aegea, que desenvolve investimentos bilionários e com a promessa de universalização, não podemos nos furtar de questionar o contrato, um compromisso de trinta anos, que vai afetar diretamente a vida de mais de um milhão e setecentas mil pessoas. Exige-se, portanto, um acompanhamento rigoroso deste Parlamento. Nosso requerimento busca informações sobre: como estão sendo feitos cálculos de contraprestação; quais os critérios de universalização do município; a compatibilidade entre obras já financiadas com recursos públicas federais e os investimentos atribuídos à PPP; os mecanismos de auditoria e transparência; e a situação de municípios cuja concessão já estava vencida, como Aparecida do Taboado. Apresento indicação ao secretário de Estado de Educação, Hélio Queiroz Daher, com cópia à conselheira-presidente do Conselho Estadual de Educação, senhora Celi Corrêa Neres, solicitando que envidem esforços para ampliação de vagas de representação da educação escolar indígena no Conselho Estadual de Educação. Há uma organização da comunidade indígena, de professores indígenas, que vem se organizando, debatendo as pautas específicas e sente uma necessidade de ter uma vaga dentro do conselho, para conseguir garantir e implementar as políticas públicas da educação escolar indígena. Também faço um requerimento de informação ao governador, senhor Eduardo Riedel, bem como ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, solicitando informações sobre supostas violações nas terras indígenas

Guyraroká, em Caarapó, bem como na retomada Guarani-Kaiowá de Porto Cambira (Passo Piraju), e na terra indígena de Dourados-Amambaíeguá III, nos dias 21, 22 e 23 de setembro. As ações da polícia mencionadas estavam amparadas por ordem ou mandado judicial? Em caso afirmativo, indicar o número do processo judicial, o juízo competente e a data da emissão do mandato e as condições para sua execução. Houve requisição formal por autoridade judicial para o emprego da força policial? Caso tenha havido mandado, qual a razão de não ter sido previamente apresentado ou lido para a comunidade indígena antes da operação? A Fundação Nacional dos Povos Indígenas foi formalmente comunicada, consultada ou envolvida nas etapas preparatórias ou executivas das ações policiais? Existem, no âmbito do Governo do Estado, manual, norma interna, resolução ou protocolo oficial que disciplina a atuação da tropa de choque ou demais órgãos de segurança em ações de despejo coletivos e conflitos fundiários urbanos e rurais? Fazemos esses questionamentos, porque, mais uma vez, vimos o Estado aparelhado a algum interesse econômico, em detrimento da proteção aos povos indígenas. Estamos percebendo que a Segurança Pública, que também é responsável pela Polícia Ambiental, não tem tomado providência em relação aos agrotóxicos que são pulverizados e que contaminam as pessoas. Isso também é questão de segurança pública, no entanto, para a proteção das pessoas, não vemos a Secretaria de Justiça e Segurança Pública tão empenhada, como percebemos esse empenho na hora de proteger alguns interesses econômicos do Estado de Mato Grosso do Sul, dos aliados ao Governo do Estado. Portanto, queremos um atendimento igual e que atenda à população do estado, em especial à comunidade indígena, que vem, cotidianamente, sofrendo esses ataques e que precisa de uma proteção imediata do Estado. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Cumprimento todos aqueles que nos prestigiam com sua presença e quero cumprimentar o meu amigo, vereador Sandoval, da nossa querida Pedro Gomes. Satisfação em tê-lo em nossa Sessão. Senhor presidente, faço uso do Pequeno Expediente para apresentar duas indicações. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental e após ouvindo o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos de Mato Grosso do Sul, senhora Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, solicitando a retomada de ampliação do programa CNH MS Social, a fim de garantir novas vagas e oportunizar aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social no município de Coronel Sapucaia a obtenção gratuita da Carteira Nacional de Habilitação. A presente proposição tem fundamento no pedido da vereadora Maria Eloir Flores Rodrigues Vilante, em coautoria com os demais vereadores da Câmara Municipal de Coronel Sapucaia, por meio de ofício e indicação, cujo documentos seguem anexos. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Washington Willeman de Souza, diretor-

presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), solicitando a doação de uma carreta agrícola de quatro rodas, destinada a atender às necessidades do assentamento Santa Irene, no município de Anaurilândia. O presente pedido tem por finalidade atender à demanda apresentada pela vereadora Jéssica dos Santos Pereira, que encaminhou solicitação a este gabinete, conforme documento anexo. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado Lucas de Lima. O "LL".

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, todos os presentes na Casa de Leis, o pessoal da imprensa, da Rádio e TV Assembleia. Indico à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando a destinação de recursos para construção de uma ponte de concreto sobre o rio Coxim, na extensão da estrada MS-142, divisa entre os municípios de São Gabriel do Oeste e Camapuã. Tal solicitação fundamenta-se no fato de que a referida via possui um intenso tráfego de caminhões, sendo essencial para o escoamento da produção agropecuária de São Gabriel do Oeste e dos municípios circunvizinhos. A ponte atualmente existente não possui capacidade de carga suficiente, resultando em transtornos e prejuízos aos produtores rurais e transportadores que dependem da via, pois são obrigados a fracionar a carga ou a realizar transbordo para outros veículos. Ademais, informamos que, após período de chuvas intensas, ocorrem inundações na região, agravando ainda mais a situação da ponte e, por várias vezes, a estrada precisou ser interditada, impossibilitando totalmente o trânsito de veículos, gerando impactos negativos para a economia local e também para mobilidade da população. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja reservado o Plenário Júlio Maia na data de 7 de novembro de 2025, das 18h às 22h, para realização da Sessão Solene da Entrega da Comenda Antônio Tonani, instituída pela Resolução nº 103/2019, em comemoração ao Dia do Radialista. Requeiro, ainda, a disponibilização do serviço de Cerimonial, convite digital, convite impresso, diploma, medalha, serviço de segurança, polícia legislativa, serviço de copa, garçom, sonoplastia, data show, operador, assessoria de imprensa, fotógrafo, taquigrafia, cobertura jornalística pela TV e Rádio ALEMS, site da Assembleia com a gravação e transmissão ao vivo. A comenda representa uma justa homenagem aos radialistas, aos profissionais e às empresas de rádio de difusão pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Mato Grosso do Sul. Os radialistas são profissionais de comunicação que têm um papel fundamental na vida dos cidadãos e também das comunidades; são responsáveis por informar, educar e entreter os ouvintes, através de programas musicais, talk shows, notícias e cobertura ao vivo de eventos, sendo companhia diária de grande parte da população. Esses profissionais merecem todo o nosso respeito e consideração. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja enviado expediente ao

governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando a viabilização, em caráter de urgência, de serviço de patrulhamento, encascalhamento e nivelamento da estrada vicinal MS-244, no trecho que liga a região de Bonfim ao município de Jaraguari. A referida estrada tem grande importância para a região, sendo amplamente utilizada para o escoamento e transporte da produção agrícola e pecuária, transporte escolar e tráfego diário de moradores, trabalhadores rurais e veículos de abastecimento. Contudo, encontra-se, atualmente, em péssimas condições de trafegabilidade, o que tem gerado transtornos, afetando significativamente a mobilidade, trazendo prejuízos, riscos à segurança e impactado negativamente a economia local. Ressaltamos a urgência da intervenção, especialmente em razão da aproximação do período chuvoso, que tende a agravar ainda mais a situação da via. A realização imediata do serviço de manutenção representa também uma medida preventiva para reduzir consideravelmente os gastos futuros, já que o período chuvoso tende a agravar ainda mais as condições dessa via, tornando os reparos mais complexos e onerosos. Uma indicação ao senhor Mauro Azambuja, diretor-presidente da Agesul, solicitando a destinação de recursos para a construção... Essa eu já pedi. Já foram todas faladas. Muito obrigado!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço a Vossa Excelência, deputado Lucas de Lima, sempre muito gentil. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: uma indicação (Prot. nº 03608/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 3609/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 03635/2025, 03618/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 3634/2025, 03633/2025); um projeto de resolução (Prot. nº 03636/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 03610/2025, 03629/2025, 03627/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: um projeto de resolução (Prot. nº 03622/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma moção de congratulação (Prot. nº 03624/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 3623/2025); uma moção de aplauso (Prot. nº 3625/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 03632/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: quatro indicações (Prot. nºs 3593/2025, 03592/2025, 3595/2025, 3594/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 3628/2025); dois projetos de resolução (Prot. nºs 3631/2025, 03630/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 03621/2025, 3620/2025, 03619/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 3626/2025); Projeto de resolução (Prot. nºs 03617/2025, 03616/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra... É, tem que ser rápido! Estamos trabalhando. "Bora, bora, bora." Sim, senhor... Deputado Pedro Kemp vai

usar a palavra no Grande Expediente. Vossa Excelência disporá de trinta minutos. Na realidade, vinte cinco minutos, nobre deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vinte quatro agora.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Acho que vai pintar uma química.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vai.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vai pintar uma química?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Vai. Senhor presidente, senhores deputados, na verdade, gostaria de ter feito um pronunciamento na sessão de ontem. Como não foi possível, gostaria de registrar o que aconteceu domingo passado em todo o Brasil, praticamente em todas as capitais dos estados e algumas grandes cidades brasileiras. Houve uma manifestação popular extremamente importante, dando um recado da população para a Câmara dos Deputados, enfim, para o Congresso Nacional, sobre aqueles projetos que estão sendo votados e articulados na contramão do que a população deseja. Inclusive, há pesquisa de opinião pública dizendo que, por exemplo, mais de 70%, quase 80% da população brasileira rejeita a chamada "PEC da Blindagem", a qual chamamos de "PEC da Bandidagem". Essa é uma medida absurda da qual já tive a oportunidade de falar na tribuna da Assembleia, uma PEC criando uma casta de cidadãos intocáveis! Essa que é verdade. Ou seja, deputados que são acusados da prática de crimes só poderiam ser processados pelo Supremo Tribunal Federal se a Câmara aprovasse. E o pior: com votação secreta. Vejam que, em um dia, foi retirada a votação secreta; rejeitaram esse item, mas, no outro dia, eles restabeleceram, votaram de novo e colocaram votação secreta. Comentei com o nosso presidente que nunca vi isso, uma matéria ser rejeitada em um dia e ser aprovada no outro. Pelo menos na Assembleia Legislativa, o nosso Regimento diz que matéria rejeitada não pode ser apresentada no mesmo ano. Então, houve um casuismo absurdo, uma afronta à vontade popular, ao interesse da população. Uma PEC criando essa casta de cidadãos acima dos cidadãos comuns, intocáveis. Tivemos, domingo, manifestações importantes nas grandes cidades, rejeitando essa "PEC da Bandidagem", que foi aprovada na Câmara, incluindo com foro privilegiado presidente de partidos. Sabemos muito bem que eles aprovaram isso para endereço certo, porque há alguns presidentes de partidos respondendo denúncias gravíssimas, um deles com ligações com o PCC. Nessa última operação, descobriu-se a ligação de membros do PCC com empresas da Faria Lima, em São Paulo. Presidentes de partidos que precisavam dessa blindagem... E outros presidentes que respondem processo, o maior absurdo! Um presidente de partido que nem tem mandato popular, que nem foi votado pela população, seria abrigado por essa "PEC da Blindagem". A população, domingo, rejeitou essa medida que foi aprovada no afogadilho. Fiquei impressionado, assistindo pela televisão, com a movimentação dos deputados para votar correndo, altas

horas da noite, a sessão foi até 1h da madrugada, eles votando tudo correndo. É assim que fazem quando vão votar alguma coisa que não interessa à população, algo que é rejeitado pelo povo, eles vão e votam no afogadilho. Uma vergonha o que esses deputados fizeram. "Ah, estamos votando para fortalecer as prerrogativas dos deputados". Prerrogativa porcaria nenhuma! Prerrogativa para desviar dinheiro de emenda parlamentar? Prerrogativa para fazer falcatruas? Prerrogativa para se aliar ao PCC? Isso não é prerrogativa, isso é votar privilégio, é votar blindagem para quem quer se esconder atrás de um mandado parlamentar para praticar crimes. Houve manifestações importantes, inclusive quero registrar que em Campo Grande estivemos na rua e eu calculei de oitocentas a mil pessoas... Um site daqui colocou cento e cinquenta pessoas! Ou eles não sabem contar ou quiseram subestimar a participação das pessoas. Tivemos uma participação espontânea, de quase mil pessoas e isso mostra que a população ficou indignada. Eu vi professores de universidades, médicos, advogados... Pessoas que nunca tinha visto em manifestações apareceram por lá, porque estavam indignadas.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Permita-me um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Com o maior prazer.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Deputado Pedro Kemp, todos aqui conhecem o meu posicionamento. Sempre fui um sujeito centrado, coerente, procuro tentar absorver as boas ideias de um lado, e as boas práticas de outro, e acho que isso é fundamental no Parlamento, porque construímos as políticas públicas quando conseguimos estabelecer os consensos mínimos para avançarmos. Também fiquei indignado! Primeiro, por um fato que o senhor relatou, o senhor tinha conhecimento que tinha uma PEC que tratava da blindagem? Ninguém tinha! Uma PEC que apareceu do nada, na calada da noite, colocada no Plenário... Olha que absurdo! Um país com as dimensões continentais, um país com uma representação política. Quinhentos e treze deputados! Na calada da noite, aparece uma PEC, que só ficamos sabendo... Só tomei conhecimento que essa PEC tramitava, no dia seguinte, de manhã... Então, é um absurdo o que acontece no Brasil e, infelizmente, em nosso Parlamento. O voto contra ou a favor vem em decorrência de vários motivos e várias discussões, que eu não quero entrar aqui no mérito disso. Agora, sorrateiramente, pegar uma PEC, que trata de um assunto caro a todos os brasileiros... Foi aprovada a Lei da Ficha Limpa, que foi um avanço... Estamos cometendo um retrocesso! Com essa PEC, a meu ver, criou-se um retrocesso. Não tivemos nem como discutir! Para entender a PEC, eu fui atrás, para achar o que tinha aprovado, porque não foi discutido, ninguém teve a oportunidade de fazer uma discussão mais aprofundada sobre essa "PEC da Blindagem", que desmoraliza a classe política junto à sociedade, porque vamos ter uma diferença de tratamento que não é possível. Somos representantes e quem representa tem que dar o exemplo. Não se pode aprovar uma situação dessas da forma como fizeram. Então, por isso, no dia seguinte, eu vim manifestar essa indignação contra a aprovação, contra a forma que tramitou esse projeto de lei, que ninguém sabia, esse Projeto

de Emenda Constitucional. Não é nem de projeto de lei, é uma PEC que exige maioria absoluta do Congresso Nacional para passar. Todas as PECs têm uma discussão enorme, por longo tempo, até para formar a convicção em relação ao voto e, obviamente, à manifestação das pessoas e da sociedade. Quero registrar que concordo plenamente com Vossa Excelência nesse quesito, contra essa "PEC da Blindagem". Na calada da noite! Todos sabemos que houve conversas e outros acordos para liberar, para poder ter a possibilidade de evitar que muitos sejam investigados pela tal da "emenda PIX". Aquele que cometeu o crime, que errou, que investiu mal, que pegou o recurso que é do cidadão e colocou... Ele vai ter a possibilidade... Foi com essa missão, porque muitos estão lá com medo de serem atingidos pela investigação da Justiça, pelos erros cometidos, com recursos que é público. Isso deveria estar aplicado na educação, na saúde, na melhoria das condições de vida do povo brasileiro. Então, nesse quesito, quero dizer que me alinho ao seu pensamento. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito obrigado, meu caro amigo, deputado Junior Mochi. Sempre tive muito respeito pelas posições de Vossa Excelência nesta Casa, pelo equilíbrio e pela coerência e quero integrar a sua fala ao meu pronunciamento. Quero ouvir a nossa deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado Pedro Kemp, por falar em equilíbrio, é importante falarmos sobre o desequilíbrio da Câmara Federal, porque, recentemente, aprovamos, com muita dificuldade, o ECA digital, que é uma lei de proteção às crianças que estão à mercê da rede social e, na sequência, vemos a Câmara aprovar a PEC, que chamamos da "PEC da Bandidagem", que legitima e que aceita que bandidos — pedófilos, pessoas que praticam crimes contra mulheres, contra crianças, pessoas que estão no crime organizado, traficantes — fiquem protegidos se forem eleitas. Acho que a Câmara mostrou um total desequilíbrio nesse último período, ao aprovar o ECA digital em proteção às crianças e aprovar uma PEC que autoriza que criminosos, que atuam contra as crianças, estejam tranquilos dentro do processo da política, dentro do Congresso. Isso nos mostra um desequilíbrio, mas também quero dizer da importância de termos um líder estadista no momento como esse em que o Brasil mostra um desequilíbrio na política, na qual a extrema-direita, junto com o centrão, se perdem nas suas proposições, não sabem o que estão apresentando. Ontem, tivemos uma aula e um show de estadismo de uma liderança que impõe respeito ao defender a soberania do nosso país, assim foi o discurso do presidente Lula na abertura dos trabalhos da ONU. Ele mostrou que está defendendo o país e mesmo aquele que estava nos atacando, que é o Trump, reconheceu a importância do Brasil e a importância de dialogar com a liderança chamada Luiz Inácio Lula da Silva, que vem se colocando como uma liderança internacional e isso é importante para o Brasil. Queria também registrar esse momento importante que mostrou que o Brasil precisa continuar na luta pela soberania; é preciso equilibrar e é preciso ter um pouco mais de inteligência na Câmara Federal, porque a postura da Câmara Federal tem desagradado toda a população e o povo foi para a rua no domingo e mostrou isso. Estava em Dourados,

no ato que foi feito muito em cima da hora; fomos para a feira central e vimos muita gente que não está acostumada a estar conosco. Vi muitas caras novas, muita gente indignada e isso nos mostrou que estamos no caminho certo. Vamos defender a democracia, as regras para todo mundo, não vamos defender privilégios para quem está dentro do espaço da política — sejam deputados estaduais ou federais —, temos que ter um trabalho de igualdade com a população. Acho que estamos no caminho certo e o presidente Lula mostrou isso também. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado, deputada Gleice. Também incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, conceda-me um aparte de dois minutos?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Já vou conceder, deputado. Essas manifestações surtiram efeito! Vi deputado pedindo desculpa para a população por ter votado nessa PEC; vi vários deputados pedindo desculpas, porque receberam a pressão da sociedade, que não aceita mais esse tipo de privilégio para os políticos. Esses deputados foram muito pressionados e, por isso, pediram desculpa. Acredito que hoje haverá uma reunião importante na CCJ do Senado e essa PEC vai ser enterrada, vai ser rejeitada na Comissão de Constituição e Justiça. Eu acho que foi importante esse recado que as ruas deram para o Congresso Nacional e tem também o PL da Anistia, que está sendo articulado, que também é outro absurdo que estão querendo aprovar contra a vontade popular. É muito grave conceder anistia para quem atentou contra a democracia, para quem tentou dar um golpe de Estado. O Brasil deu um exemplo para o mundo de como agir em relação àqueles que querem destruir a nossa democracia. Deputado, meu amigo, Zé Teixeira. Olha lá o que o senhor vai falar, hein.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado Pedro Kemp, concordo com o que Vossa Excelência está dizendo e concordo 100% com o que foi dito pelo deputado, meu colega, meu amigo, Junior Mochi. Acho que essa PEC nada mais é do que um recado da arbitrariedade do Judiciário, do excesso do Judiciário. Fui vítima disso. Qualquer empresário... Não precisam colocar quinhentos policiais federais...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu defendi Vossa Excelência nesta tribuna.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Não precisava de um empresário... Não precisavam de quinhentos policiais federais para poder levar uma pessoa para explicar. Podem pegar um homem igual ao "cara" da Havan, não tenho nada a favor e nem contra ele, que é um empresário que gera milhares de emprego, que paga seu imposto. Tirar o telefone dele e mexer na vida pessoal? Dele e de vários outros empresários! Bastou postar, pautar uma matéria na Câmara Federal para, no outro dia, cem policiais federais estarem apreendendo o pai do presidente da Câmara. Então, essas coisas absurdas que Vossa

Excelência vê o Judiciário fazendo... Sou 100% contra anistiar aqueles bandidos que entraram dentro do Congresso e fizeram aquela baderna, depredaram coisas preciosas dentro do Senado, como o relógio e tantas outras coisas, mas, sou contra a pena dada à mulher que escreveu com batom: "Perdeu, mané". Sou contra, porque isso foi dito pelo presidente do Judiciário brasileiro, ele disse isso em resposta a uma pessoa que deve ter feito uma graça. Entendo que essa PEC não avançará, pois encontra limites claros. Sou contra, por exemplo, conceder saídas temporárias a criminosos que, ao não retornarem, voltam a cometer assassinatos, como ocorreu no caso do delegado morto de forma covarde, cujos autores já foram presos, e isso é fazer justiça. Entretanto, considero um absurdo ver a Polícia Federal mobilizar recursos imensos contra pessoas de bem, enquanto demorou sessenta dias para recapturar dois fugitivos, com alto custo para o Estado. Hoje, qualquer cidadão intimado comparece voluntariamente à delegacia, igual a um carneiro. Não há necessidade de operações espetaculares. Por isso, vejo essa PEC como um recado do Congresso Nacional aos excessos cometidos pelo Judiciário. Concordo integralmente com Vossa Excelência nesse ponto. Sou contra essa PEC e, ao mesmo tempo, contrário à anistia dos que depredaram o Congresso. Contudo, é preciso diferenciar: havia pessoas que, movidas por crenças religiosas ou políticas, foram enganadas e levadas em ônibus — hoje, muitas estão refugiadas no Paraguai — sem que tivessem participado da destruição. Não podemos tratar essas duas mil pessoas da mesma forma que os verdadeiros responsáveis pelos atos de vandalismo. Sem contar que havia pessoas infiltradas, que não eram baderneiras de direita. Existem imagens de vídeo que comprovam isso, que foram escondidas pelo ministro da Justiça. Registro, portanto, meus cumprimentos a Vossa Excelência, reafirmando minha posição: sou 100% contra a PEC e igualmente contra a anistia dos que atentaram contra o Congresso Nacional. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado, deputado Zé Teixeira. Fiquei feliz com o aparte de Vossa Excelência. Acho que estamos pensando no mesmo caminho contra a impunidade daqueles que prejudicam o nosso país. Por falar nisso, ontem, acho que o Eduardo Bolsonaro cavou um buraco e enfiou a cabeça com vergonha. Desde fevereiro, esse senhor está nos Estados Unidos tentando prejudicar o Brasil para salvar a pele dele e da família dele. Fica no ouvido do Trump, pedindo para prejudicar o Brasil, mas, ontem, o presidente Trump passou ao lado do presidente Lula e "rolou uma química", disse ele. Passou a admirar o presidente Lula, só que temos que ir dormir de olho nesse senhor, porque ele é danado para levar o Lula para uma reunião para, depois, humilhá-lo na frente de todo mundo. É daqui para ali... Então, acho que tem que ter cautela. Foi importante, deputado Pedrossian, essa sinalização dos Estados Unidos para conversar com o Brasil. Era tudo o que queríamos: sem humilhação, sem humilhar o país, sem humilhar o nosso presidente. Agora, o Eduardo Bolsonaro ficou a ver navios, aliás, eu fico admirado com essa leniência da Câmara dos Deputados para processar, para cassar o mandato desse senhor, que faz quatro meses que não aparece na Câmara dos Deputados. Isso é uma vergonha! Imagine um de nós ir embora para a Europa, ficar na Itália e querer preservar o mandato, ficando em outro país, sem nem entrar na sessão on-line. A minoria, ainda, queria elegê-lo

como líder! O "cara" que está fora do país! É um absurdo atrás do outro que essa Câmara dos Deputados tem feito. Tenho discutido isso com meus contatos e acho que, ano que vem, temos que fazer uma campanha forte para renovação da Câmara dos Deputados. Não adianta só eleger o presidente da República e eleger deputados que vão trabalhar contra o Brasil, contra o Governo. Mato Grosso do Sul também elegeu cada figura, inclusive, um deputado foi punido pelo que fizeram na Mesa da Câmara, uma vergonha. Precisamos renovar o Congresso Nacional, votar em parlamentares, em deputados federais e senadores que vão trabalhar a favor do Brasil. Temos muitas pautas importantes, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais. É isso que tem que ser votado, que vai ajudar a população que ganha menos e há outras matérias que estão esperando a tramitação e a votação dos deputados. Parece que a única pauta que interessa a eles é anistia. Só isso, o resto não interessa. Existe a proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais e tem a proposta de fim da jornada da escala seis por um. Precisamos discutir esses assuntos. Cassar o filho do Bolsonaro, isso é urgente. Hoje, vi uma matéria na televisão falando que abriram o processo, mas, parece que pode demorar até noventa dias. Pelo amor de Deus! Noventa dias? Estará acabando o mandato do "cara". Acho que a Câmara dos Deputados precisa impor respeito, porque está perdendo o respeito da população pelas matérias impopulares que tem votado. O senhor presidente está conversando e não percebeu que já acabou meu tempo faz dois minutos. Aproveitei para continuar, mas, encerrando, senhor presidente, quero agradecer e dizer para Vossa Excelência que o meu discurso está encerrado. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrado o Grande Expediente. Vou citar as presenças dos senhores Vitor da Cunha Rosa, prefeito de Japorã, o Malaquias, ninguém o conhece como Vitor da Cunha Rosa; Mário Francisco Nelvo, vereador do município de Naviraí; Murilo Matos, vereador do município de Naviraí; Marcinho Souza, vereador do município de Coxim; Patrick Ribas, vereador do município de Maracaju; Zulberto Alves Elias, o Beto Quilombola, vereador do município de Pedro Gomes; Sandoval Alves de Oliveira, vereador do município de Pedro Gomes; Marcelo Mourão, vereador do município de Dourados; Eli José Rodrigues, vereador do município Naviraí; Gilberto Alves Rapasse, médico cirurgião do aparelho digestivo, especialista em Transplante de Fígado, que está nos fazendo uma visita. Seja bem-vindo, doutor Gustavo. E cito as presenças também de José Carlos Hernandes Peres, o Zoinho do São Pedro, vereador do município de Inocência; e Cleverson Silva, o Polaco, vereador do município de Eldorado. Sejam todos bem-vindos. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois senhores deputados e deputadas presentes. Portanto, há quórum para deliberação das matérias.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Havendo quórum para deliberação, passemos ao item 1. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 025/2025. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Concede a Comenda do Mérito Legislativo a quem especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, pela ordem. Vossa Excelência me permite?

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, enquanto os colegas terminam a votação, quero aproveitar para dar uma bela notícia, na manhã desta quarta-feira, para o Estado de Mato Grosso do Sul. O Supremo Tribunal Federal impede que ações por improbidade administrativa caduquem e frustra o vale-tudo pela impunidade. Liminar do ministro Alexandre de Moraes suspendeu o artigo que reduzia pela metade o prazo de prescrição por improbidade administrativa, para evitar que dezenas de ações caduquem e frustra o vale-tudo dos corruptos, que queriam ficar impunes pelo desvio de fortunas do cofre público. Muitos réus contavam com liminar no Tribunal de Justiça para postergarem o julgamento, que vinha sendo agendado pelo juiz Ariovaldo Nantes Corrêa, da Primeira Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos, em uma corrida contra o tempo para prolatar a sentença até dia 21 de outubro. Caiu! Agora não vale mais tudo. Agora vai ser julgado. Obrigado, senhor presidente.

Projeto de Resolução nº 025/2025, de autoria do deputado Paulo Corrêa.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCA DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado o projeto que concede a comenda ao senhor Luis Eduardo Bernardes Kussarev Al-Contar. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 154/2025. Autor: deputado Paulo Duarte. "Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Planalto e Adjacentes (AMJPlan) de Ponta Porã". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 154/2025, de autoria do deputado Paulo Duarte.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado o projeto. Vai ao Expediente. Item 3. Em discussão única. Projeto de Lei nº 169/2025. Autor: deputado Lidio Lopes. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Para declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declaração de voto, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Os colegas estão votando, eu sei que é tramitação reservada, mas, tenho convicção de que vai ser aprovado. Quero parabenizar o deputado Lidio Lopes por denominar o prédio com o nome do delegado Claudineis Galinari.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Está em processo de votação...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Está aprovado, senhor presidente, já está com treze votos...

DEPUTADO PAULO CORREA (PSDB) — Não está ainda, precisa de dezesseis votos, deputado. Por favor...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Porque eu tive a oportunidade de trabalhar com o delegado Claudineis Galinari em Nova Andradina. Era uma ótima pessoa, um delegado dedicado que fez um grande trabalho na Polícia Civil e, sem dúvida, deputado Lidio Lopes, merece receber esse nome, essa homenagem que o senhor está fazendo. Então, parabéns, quero declarar meu voto favorável.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO PAULO CORREA (PSDB) — Para declaração de voto, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, quero agradecer a fala do deputado Caravina. O delegado Galinari foi médico, foi delegado por muito tempo nessa região, foi delegado-geral em Naviraí, atuou muitos anos em Eldorado, respondendo também por Iguatemi, ou seja, atendeu muito o Cone Sul. Era uma pessoa extremamente zelosa pela sua profissão, mas uma pessoa também extremamente grande em tudo que fazia. Servia muito à população da região do Cone Sul... Foi uma delegacia em que ele atuou por longos anos e uma satisfação da própria família de ver o nome da delegacia de doutor Galinari. Agradeço a complacência dos pares pela aprovação. Muito Obrigado.

Projeto de Lei nº 169/2025, de autoria do deputado Lidio Lopes.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação.
Solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado o projeto que denomina o prédio da delegacia de Polícia Civil do município de Eldorado com o nome de Delegado Claudineis Galinari. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 004/2025. Autor: Poder Executivo. "Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 303, de 7 de dezembro de 2022, a fim de reorganizar e de consolidar o ordenamento jurídico estadual relativo à transação de créditos tributários e não tributários, inscritos em dívida ativa, para tornar o seu procedimento harmônico com o texto da Lei nº 6.438, de 30 de junho de 2025, que altera a redação e acrescenta dispositivos

à Lei nº 6.032, de 26 de dezembro de 2022, na forma que especifica, e dá outras providências". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para discutir, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Passo a discussão para o deputado Paulo Duarte, para discutir em nosso nome aqui.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para discutir, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, senhores deputados, esse projeto fala sobre a transação que já foi aprovada nesta Casa, e está excluindo o artigo 29. Então desse processo de transação, estarão excluídas as empresas que estão enquadradas no Simples Nacional, até porque isso aí tem a ver com o Governo Federal, e as empresas que tenham débitos com o fisco, as que parcelaram e não cumpriram o parcelamento. Essas empresas não poderão participar da transação, que é uma modalidade de pagamento de tributos, que estão inscritos em dívida ativa, que serão feitos pela Procuradoria-Geral do Estado.

DEPUTADO JOAO HENRIQUE (PL) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas deputados, colegas parlamentares, subo nesta tribuna para dizer que, com muita felicidade, começamos a enxergar o Governo Eduardo Riedel ter que reconhecer que nós estávamos certos, quando — a sua base, e esta Casa se levantou — expliquei sobre o devedor contumaz ser excluído de parcelamento, ser achincalhado, tributariamente falando, não podendo mais nada. Essa lei é de 2022, esta Casa votou o conceito de devedor contumaz e, agora, como o Governo — e essa é a parte triste, eu estava feliz, agora esta parte é triste, deputada Gleice Jane, deputado Zeca do PT — está mal, ele precisa arrecadar, quer arrecadar de qualquer maneira, de qualquer forma... O bom é que eles vão desconstruir o conceito de devedor contumaz, que impedia aquele que atrasasse seis meses da sua fatura — não lembro, exatamente, como a lei anterior estabelecia — era impedido de participar, de receber benefícios fiscais e várias limitações. Vejam que no texto revogado, que essa nova lei complementar quer estabelecer, anteriormente dizia: "Não poderá ocorrer transação"... Quer dizer, negociação com o Governo, de que trata o artigo 24 dessa lei

complementar, aí eles dizem: "I) em relação a conflitos que tenham sido transacionados anteriormente; II) que tenham por objeto crédito do regime especial unificado de arrecadação de tributos. E aí, no inciso III: "O devedor contumaz, assim definido em lei". É aquela lei, posterior à lei de 2022, que conceituou, e eu, com grande irresignação, vim aqui criticar, para dizer o absurdo. Não porque sou contra a caracterização do devedor contumaz, mas porque eles caracterizaram o empresário que tem sua inscrição bloqueada por seis meses, independente de anos, com alguma discussão, com alguma coisa em atraso nas suas notas e promoveram esse travamento. Então, é com muita felicidade que venho aqui encaminhar o voto favorável a esse projeto, mas, reforçando a atenção de que esse bom tratamento, esse reconhecimento e essa desconstrução tão rápidos, essa mudança do governador Eduardo Riedel, que é na mesma velocidade de quando era aliado do PT e agora parece que é contra o deputado Zeca do PT, nessa mesma velocidade dentro do mesmo Governo, dentro do mesmo período, comporta tratamentos diferentes, inclusive em matéria tributária. É uma pena que por detrás disso tem o nítido e puro interesse arrecadatório fiscal do estado. Vou votar favorável a essa descaracterização, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado Zeca do PT, pela ordem.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Aproveitando, de novo, o tempo em que os colegas decidem a votação, para dizer que hoje, nesta quarta-feira, a CCJ do Senado votará a "PEC da Blindagem", ou "PEC da Impunidade". É importante registrar que o relator da PEC encaminha voto contrário à aceitação, enterrando de vez a tentativa do golpe que se pretendia e, conseqüentemente, mais uma vitória dos setores democráticos e progressistas do Senado Federal. Obrigado, presidente.

Projeto de Lei nº 004/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Projeto de Lei nº 127/2025. Autor: deputado Pedrossian Neto. "Inclui no calendário oficial de eventos do estado de Mato Grosso do Sul a "Campanha Fogo Zero" e dá outras providências. A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 127/2025, de autoria do deputado Pedrossian Neto.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 163/2024. Autor: deputado Lucas de Lima. "Dispõe sobre a possibilidade da realização de orientação e de treinamento sobre a manobra de Heimlich (manobra de desengasgo) durante o acompanhamento pré-natal das gestantes assistidas nas Redes de Saúde Pública e Privada do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Aproveitando o mesmo assunto, até porque ainda não terminou a votação, gostaria apenas de fazer uma leitura. Estou vendo no site Terra, o senador Alexandre Vieira (MDB), de Sergipe, relator da "PEC da Blindagem", pediu em seu parecer a rejeição da proposta em sessão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ele alegou que o texto seria inconstitucional e só serviria para proteger criminosos. Pelo menos o Senado está tendo um pouco mais de bom senso.

Projeto de Lei nº 163/2024, de autoria do deputado Lucas de Lima.

Presidente — Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão por ter sofrido emenda. Item 7. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, setenta indicações e oito moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 8. Moções de pesar. De autoria do deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Eleuterio José Kohler. De autoria do deputado Renato Câmara, em razão do falecimento da senhora Gilda Cristaldo Barbosa. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Haverá o uso da tribuna, perdoame... O deputado Renato Câmara havia me alertado. Vou pedir até que Vossa Excelência anuncie, vice-presidente, o uso da tribuna. Por favor, daí mesmo.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, gostaria de convidar todos os deputados a participarem desta fala do doutor Gustavo Alves Rapazzi, médico cirurgião do aparelho digestivo e especialista em Transplante de Fígado. Ele tem feito um trabalho muito importante em Mato Grosso do Sul, levando o estado a ser o quarto estado da federação que mais faz transplante de fígado no país. É um trabalho muito importante e está aqui também a Claire, que representa a Central Estadual de Transplante. Esse é um trabalho em conjunto de várias instituições e que tem salvado muitas vidas. Só este ano, foram em torno de trinta e seis transplantes. Gostaria de convidar o doutor

Gustavo Alves Rapazzi para falar um pouco sobre esse trabalho tão importante para Mato Grosso do Sul. Lembrando que estamos sendo transmitidos ao vivo pela TV Assembleia, canal aberto. Com a palavra, o doutor Gustavo (11h30min).

SENHOR GUSTAVO ALVES RAPAZZI (médico especialista em Transplante de Fígado) — Bom dia a todos. Obrigado pela oportunidade, deputado Renato Câmara, de poder falar mais uma vez sobre transplante de órgãos, uma causa tão sensível à população de Mato Grosso do Sul. É fundamental estarmos falando aqui, na Casa Legislativa, e contarmos com apoio do senhor e de todos os colegas deputados para que nos ajudem nesta causa. O transplante de órgãos em nosso estado ainda engatinha. A Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos e Tecidos (ABTO) tem uma estimativa, para o nosso estado, de cento e setenta transplantes de rim ao ano e setenta transplantes de fígado, baseado na população. Hoje, estamos um pouquinho distantes dessa meta, apesar do crescimento que apresentamos desde o implemento do Serviço de Transplante de Fígado no Hospital Adventista do Pênfigo. Doação de órgãos é um tema muito sensível, visto que, por não haver a cultura do transplante aqui no estado, ainda há muita desconfiança por parte das famílias com relação à segurança e confiabilidade da doação de órgãos. Ainda contamos com números que podem ser muito melhores em relação à doação de órgãos. Em um passado recente, cerca de um ano atrás, tivemos uma recusa familiar de doação de órgãos na casa de quase 80%. Esse número tem reduzido lentamente, mas tem reduzido graças a intervenções como esta que temos visto. Só neste ano, já tivemos mais de quarenta doadores viabilizados no estado, coisa que, dois, três anos atrás, esse número não chegou a vinte. Nesse sentido, temos muita coisa a comemorar, só que o caminho é longo e temos como melhorar nossos indicadores, visto que nos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná a recusa familiar de doação é inferior a 30% e a nossa, como eu disse, está na casa de 60%. Sobre o transplante de fígado, iniciamos as atividades em julho do ano passado no Hospital Adventista. Nesse um ano e dois meses de atividades, realizamos cinquenta e um transplantes e ficamos até próximo da expectativa de setenta transplantes, estimada pela ABTO, só que acreditamos muito na subnotificação desses pacientes, uma vez que temos uma dificuldade tamanha em ter acesso aos pacientes do interior do estado. Isso é uma situação que já levamos até ao Governo do Estado, na tentativa de melhorar esse índice, uma vez que no Hospital Adventista o nosso atendimento é totalmente gratuito e de livre demanda. Sobre o transplante de rim, a estimativa é de cento e setenta casos, mas não conseguimos atingir trinta casos ao ano. Se formos levar em consideração que a população em diálise, aqui no estado, ultrapassa dois mil pacientes, que a qualidade de vida deles e da família deles acaba sendo bastante prejudicada por essa condição, que muitos deles moram em cidades que não têm disponibilidade do serviço de diálise, o que acaba afetando muito a qualidade de vida, sem contar a mortalidade desses pacientes em diálise, que pode chegar até 15%, 20%, então, acreditamos que o serviço de transplante tem muito a progredir, como progredimos nesse último ano. Além da questão financeira, que impacta em termos de gestão e organização, o estado tem muito a melhorar nesse sentido, para poder dar acesso a esses pacientes e não deixar acontecer o que vem

acontecendo nessas últimas semanas ou meses, em que um elevado número de doadores tem sido disponibilizado pela Central Estadual de Transplantes, mas não tem sido aproveitado pela falta de pacientes em fila. Acredito, fielmente, que existem esses pacientes, que necessitem dessa modalidade de tratamento, mas, infelizmente, eles não têm chegado até o nosso serviço. Acredito até por uma questão um tanto simples, que seria a divulgação do Serviço de Transplante de Fígado do Hospital Adventista. No dia 27, comemoramos o Dia Nacional do Doador de Órgãos. Nesta semana, temos algumas questões a comemorar. Amanhã, no Hospital Adventista, vamos receber a visita do Ministério da Saúde, para aprovação do Serviço de Transplante de Rim e Pâncreas, serviço esse que, dado o baixo acesso do Serviço de Transplante de Rim aos pacientes dialíticos de Mato Grosso do Sul, muito vai favorecer essas pessoas que não vêm sendo atendidas. Como disse, temos algumas situações a comemorar e muito trabalho pela frente. Gostaria de agradecer, mais uma vez, o empenho do deputado Renato Câmara em nos ajudar e gostaria de contar com o apoio dos demais deputados para conseguirmos melhorar ainda mais o serviço e fazer com que o Serviço de Transplante de Fígado... Como o deputado mencionou, conseguimos colocar o Estado de Mato Grosso do Sul na quarta colocação, como um dos estados que mais faz transplante de fígado. Pretendemos expandir e, da mesma forma, inserir outras modalidades, como a do transplante de rim e pâncreas, que está em fase bastante adiantada. Se possível, quem sabe, iniciarmos a linha de transplante pediátrico, diante do número de crianças que necessitam de transplante de fígado e rim no estado, além das outras modalidades, que temos trabalhado para conseguir. Acho que o meu recado era esse. Para quem quiser conhecer o serviço, estou sempre à disposição, quem quiser conhecer as nossas atividades no hospital e temos a nossa ONG, a Fratello, que tem por princípio difundir a causa do transplante, a doação de órgãos e facilitar o acesso dos pacientes que precisam desses tratamentos ao Hospital Adventista, que é a nossa casa. Quero agradecer a disponibilidade e a oportunidade de falar em uma semana tão importante, na Semana de Conscientização da Doação de Órgãos. Obrigado!

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Parabéns, doutor Gustavo e equipe, pelo trabalho. Temos acompanhado o seu trabalho e pessoas como o senhor tem feito a diferença no Estado de Mato Grosso do Sul. Estamos na Semana Estadual de Conscientização para a Doação de Órgãos e Tecidos e esse é um trabalho importante. Parabéns, doutor!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a presente Sessão. Senhores deputados e senhoras deputadas, muito obrigado! Está encerrada (11h46min).